

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO JESUÍTICA: APRENDIZAGEM INTEGRAL,
SUJEITO E CONTEMPORANEIDADE**

MARY HELLEN MARTINS

**A ESPIRITUALIDADE INACIANA COMO DIFERENCIAL NO ACOLHIMENTO DE
ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO SETOR DE MATRÍCULAS DE
UM COLÉGIO DA REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO**

Curitiba

2025

MARY HELLEN MARTIN

**A ESPIRITUALIDADE INACIANA COMO DIFERENCIAL NO ACOLHIMENTO DE
ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO SETOR DE MATRÍCULAS DE
UM COLÉGIO DA REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação Jesuíta pelo Curso de Especialização em Educação Jesuítica: Aprendizagem Integral, Sujeito e Contemporaneidade pelo Programa de Pós-Graduação em Lato Sensu da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientadora: Profa. Ms. Maria Margareth Rodrigues dos Santos

Curitiba

2025

A ESPIRITUALIDADE INACIANA COMO DIFERENCIAL NO ACOLHIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO SETOR DE MATRÍCULAS DE UM COLÉGIO DA REDE JESUÍTA DE EDUCAÇÃO

Ignatian Spirituality as a Differentiating Factor in Welcome to Students With Special Needs in the Enrollments Department of a College in the Jesuit Education Network

Mary Hellen Martins¹

Profa. Maria Margareth Rodrigues dos Santos²

Resumo: Este artigo busca compreender como os princípios da espiritualidade inaciana podem contribuir para um acolhimento mais humano, sensível e inclusivo de estudantes com necessidades educacionais especiais, favorecendo o entendimento das famílias e a garantia de direitos, especialmente no momento do ingresso escolar. A partir da experiência do Colégio Medianeira, com foco no setor de matrículas, realizou-se uma pesquisa qualitativa que envolveu análise documental, observação participante e entrevistas semiestruturadas com profissionais da instituição. Os resultados apontam que valores como a *cura personalis* (cuidado individualizado) e o discernimento orientam práticas concretas de escuta atenta, respeito à singularidade e articulação entre diferentes setores da escola. No entanto, observou-se a importância de ampliar o programa de formação continuada contemplando os colaboradores do setor de matrículas em temas relacionados à inclusão. Tais ações reforçam a importância do primeiro contato como porta de entrada para uma trajetória escolar mais acolhedora e equitativa, onde as famílias se sintam verdadeiramente acolhidas e atendidas em suas necessidades. Conclui-se que o acolhimento, quando pautado na espiritualidade inaciana, pode gerar vínculos duradouros entre escola e família, fortalecendo uma cultura educativa que valoriza cada pessoa em sua totalidade.

¹ Graduada em Recursos Humanos e pós-graduada em Gestão Empresarial pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). Atua como Supervisora de Relações Comerciais e Institucionais no Colégio Medianeira, em Curitiba/PR, com experiência na área educacional, relacionamento institucional e processos de acolhimento de famílias. E-mail: martins.my@gmail.com.

² Mestre em Gestão Educacional pela UNISINOS, Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UNIFSA. E-mail: rethsantos@gmail.com.

Palavras-chave: Inclusão; Espiritualidade inaciana; Acolhimento escolar; Relação escola-família; Formação integral; Singularidade.

Abstract: This article aims to understand how the principles of Ignatian spirituality can contribute to a more humane, sensitive and inclusive reception of students with special educational needs, fostering family understanding and the guarantee of rights, especially during the school enrollment process. Based on the experience of Colégio Medianeira, with a focus on the admissions sector, a qualitative study was conducted involving document analysis, participant observation, and semi-structured interviews with school staff. The results indicate that values such as *cura personalis* (individualized care) and discernment guide concrete practices of attentive listening, respect for individuality, and collaboration among different school sectors. However, the study also highlights the importance of expanding continuing education programs to include admissions staff in topics related to inclusion. It is concluded that reception practices grounded in Ignatian spirituality can foster lasting bonds between school and families, strengthening an education culture that values each person in their entirety.

Keywords: Inclusion. Ignatian spirituality. School reception. School-family relationship. Integral formation.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar consiste em um dos maiores desafios e compromissos da educação contemporânea, especialmente quando se considera sua aplicação prática no acolhimento de estudantes com necessidades educacionais específicas, como esse estudo se propõe analisar. Mais do que garantir infraestrutura e acessibilidade física, exige transformações pedagógicas, culturais e relacionais que podem proporcionar equidade no acesso, permanência e formação de todos os estudantes, com atenção especial às necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, os princípios da espiritualidade inaciana, fundamento da tradição educativa da Companhia de Jesus — à qual pertence o Colégio Medianeira — oferecem contribuições significativas para a criação de ambientes mais acolhedores, éticos e humanizadores (Schneider, Fantin, 2018).

A espiritualidade inaciana, vivenciada por meio da Pedagogia Inaciana, tem como objetivo propiciar uma formação integral que abrange as dimensões intelectual, afetiva, espiritual e social. Inspirada nos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola, Schneider e Fantin (2018), afirmam que essa abordagem valoriza o discernimento, a escuta sensível e o cuidado com a singularidade de cada pessoa, perspectivas que são fundamentais também nas práticas de acolhimento conduzidas pelo setor de matrículas, onde o primeiro contato com as famílias deve refletir esse

olhar integral e humanizado. O conceito de *cura personalis*, que orienta o acompanhamento personalizado do estudante, traduz, na prática, a responsabilidade com o respeito à pessoa e à justiça social.

Essa pesquisa investiga de que forma esses princípios se manifestam nas práticas de acolhimento realizadas pelo setor de matrículas do Colégio Medianeira, focando o ingresso de estudantes com necessidades educacionais específicas. Parte-se da ideia de que o primeiro contato entre a escola e a família é uma oportunidade privilegiada para viabilizar a implementação da inclusão escolar, por meio de uma escuta sensível e acolhedora que já antecipa os valores formativos da instituição e orienta os objetivos deste estudo, que são construir vínculos de confiança, corresponsabilidade e escuta qualificada.

Para isso, adota-se uma metodologia qualitativa, ancorada na análise documental, na observação participante e em entrevistas semiestruturadas com profissionais da instituição. A pesquisa busca compreender de forma aprofundada como o acolhimento pode ser aprimorado à luz da espiritualidade inaciana, propondo estratégias que fortaleçam a cultura institucional de inclusão, de acordo com os princípios da Rede Jesuíta de Educação e com os fundamentos da inclusão educacional contemporânea.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar esta investigação, as seções seguintes abordam as contribuições centrais da Pedagogia Inaciana para a efetivação da educação inclusiva. Parte-se da reflexão sobre a espiritualidade inaciana como base para práticas educativas que valorizam a singularidade dos estudantes, respeitando suas diferentes trajetórias e necessidades. A análise concentra-se na compreensão de conceitos como formação integral, *cura personalis* - um acompanhamento que reconhece e valoriza a individualidade e as demandas particulares (Lozano, 2005) - e acolhimento, articulando essas dimensões aos desafios da inclusão escolar contemporânea. Dessa forma, busca-se evidenciar como a tradição educativa jesuíta pode contribuir para um ambiente escolar mais humanizado, justo e acolhedor (Schneider, Fantin, 2018).

2.1 A Espiritualidade Inaciana e a Educação Inclusiva

A espiritualidade inaciana, nascida da experiência dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola, fundamenta uma proposta educativa que busca integrar a totalidade dos sujeitos — intelectual, ética, emocional e espiritual. Desde suas origens, essa tradição valoriza a formação integral, entendendo que o conhecimento acadêmico só alcança sua plenitude quando associado ao desenvolvimento de valores humanos e ao compromisso com a justiça social (Schneider, Fantin, 2018).

Dentro dessa perspectiva, compreender a educação jesuítica é entender que ela propõe mais do que a mera transmissão de saberes; propõe a formação de indivíduos críticos e conscientes, e que também sejam capazes de agir de maneira transformadora. Segundo Lozano (2005), a espiritualidade inaciana, que tem como base os Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola, direciona a educação jesuíta a partir da formação integral dos seres humanos. Assim, a integralidade defendida abrange valores éticos, conhecimentos e justiça social.

Este princípio torna-se ainda mais relevante no contexto contemporâneo, em que a diversidade se apresenta como marca fundamental da sociedade. Ao acolher a pluralidade de histórias, experiências e necessidades, a educação inaciana revela sua potência para promover práticas inclusivas, respeitando a subjetividade de cada estudante (Schneider, Fantin, 2018).

De acordo com a Companhia de Jesus (2004), a materialização desse ideal educativo ocorre a partir da Pedagogia Inaciana, concebida para além de uma metodologia, mas como um verdadeiro modo de proceder. Inspirada nos exercícios, esse modelo pedagógico propõe um ciclo contínuo de experiência, reflexão e ação, no qual o aluno é convidado a ser protagonista do seu próprio aprendizado. Esse processo é orientado pelo cuidado atento a cada pessoa, traduzido no conceito de *cura personalis* (Lozano, 2005).

A Companhia de Jesus (2004) destaca esse compromisso educacional ao afirmar que a missão da educação inaciana ultrapassa a mera transmissão de conteúdos acadêmicos, abrangendo igualmente a transformação social e a valorização das diferenças individuais. No âmbito da educação inclusiva, essa abordagem encontra respaldo no Projeto Educativo Comum (PEC 2021-2025), que defende práticas pedagógicas comprometidas com a equidade e com o reconhecimento da diversidade. Nessa perspectiva, a inclusão educacional na Rede

Jesuíta ultrapassa a garantia do mero acesso escolar, mas tem como objetivo promover uma formação integral que assegure a participação efetiva e significativa de todos os estudantes no processo educativo.

O conceito de *cura personalis*, amplamente discutido na literatura jesuíta, destaca que o estudante deve ser compreendido em todas as suas dimensões, ou seja, intelectual, emocional, espiritual e social. Esse princípio dialoga diretamente com os fundamentos da educação inclusiva, uma vez que, reconhece a importância de uma proposta pedagógica que reconheça e atenda as especificidades de cada indivíduo. Conforme o PEC, esse conceito, aliado aos princípios de inclusão, reforça a ideia de que os estudantes devem ser compreendidos em sua totalidade (Rede Jesuíta de Educação, 2021).

Essa visão é reforçada por estudiosos que analisam a importância da adaptação dos princípios inicianos aos desafios contemporâneos. Risaffi (2023) argumenta que a educação jesuíta possui uma função essencial na formação de cidadãos globais, destacando a importância de modernizar suas estratégias para atender os desafios impostos pelo meio social contemporâneo.

Sua análise encontra ressonância nos estudos de Schneider e Fantin (2020), que defendem a valorização da singularidade dos alunos como aspecto essencial para um aprendizado significativo. Segundo esses autores, ao valorizar a singularidade dos estudantes, a escola consegue observar e reconhecer as diferentes formas de aprendizagem, respeitando as trajetórias individuais.

Ao discutir a atuação dos educadores jesuítas em um contexto de transformações sociais constantes, Oliveira Filho (2021) destaca que o desenvolvimento integral dos alunos depende diretamente da capacidade dos professores de se adaptarem às novas realidades, garantindo um ensino acessível e significativo. O autor enfatiza que o educador jesuíta precisa adotar uma abordagem flexível, inovadora e que tenha consciência das constantes transformações sociais. Dessa maneira, o ensino pode ser inclusivo e significativo.

Dessa forma, é fundamental valorizar a capacitação contínua dos docentes da Rede Jesuíta de Educação, permitindo-lhes implementar metodologias pedagógicas que estejam em harmonia com os princípios inicianos e, ao mesmo tempo, atendam às necessidades da educação inclusiva. A formação dos educadores deve ser encarada como um compromisso constante, direcionado à implementação de práticas que favoreçam uma aprendizagem significativa para todos os estudantes, respeitando

suas especificidades e garantindo uma educação que vá além dos limites do ensino tradicional. Esse olhar mais abrangente integra valores como justiça, dignidade humana e solidariedade, e encontra respaldo nas reflexões de O'Malley (2004), que destaca o papel da espiritualidade inaciana no processo de inclusão. Segundo o autor, ela é um caminho e um instrumento que pode ser usado para promover inclusão educacional, visto que, seus aportes quando bem aplicados, possibilita um olhar atento às demandas dos estudantes.

O investimento na formação contínua dos educadores ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos técnicos, mas envolve também a construção de uma prática pedagógica que valorize a dignidade e a singularidade de cada estudante. A efetividade do atendimento dessas múltiplas necessidades e diversidades exige uma abordagem que entenda o educando em sua totalidade, – reconhecendo-o não apenas como um ser cognitivo, mas como um sujeito pleno, portador de emoções, valores e vivências únicas. Esse olhar holístico é essencial para criar um ambiente educacional onde todos os alunos possam se sentir acolhidos e motivados a alcançar seu pleno potencial (Schneider, Fantin, 2018).

Ainda, de acordo com os autores supracitados, a prática docente, alinhada aos princípios inacianos, caracteriza-se pela constante busca por uma transformação social positiva. Ao aplicar essas metodologias, os docentes não apenas ensinam conteúdos, mas também incentivam os alunos a desenvolverem uma consciência crítica sobre o mundo ao seu redor, tendo como objetivo participar ativamente para uma sociedade mais justa e equitativa. A espiritualidade inaciana, com seu foco na busca incessante pelo bem comum e pela promoção da justiça social, oferece um caminho para que os educadores se tornem não apenas transmissores de conhecimento, mas também protagonistas de mudanças sociais, capacitando seus alunos a agirem de forma solidária e responsável.

Essa visão educacional implica também em um acordo travado com a educação com viés de transformação. Refletir sobre os efeitos das práticas pedagógicas no percurso formativo dos alunos permite compreender que, para garantir uma educação inclusiva e de qualidade, é necessário criar espaços de diálogo, empatia e respeito. A verdadeira inclusão ocorre quando todos se sentem parte de uma comunidade, independentemente das diferenças, e quando as metodologias adotadas pelos educadores reconhecem essas diferenças como parte fundamental do processo de aprendizagem (Schneider, Fantin, 2018).

Em suma, destaca-se a articulação entre educação e espiritualidade, compreendida sob a ótica da perspectiva inaciana, e encontra ressonância no pensamento de Thió de Pol (1998, p. 112), que ressalta a importância da formação integral na construção de uma sociedade mais justa. O autor afirma que “a verdadeira formação não apenas capacita intelectualmente, mas molda cidadãos críticos, compassivos e engajados na construção de uma sociedade mais justa.”

Essa reflexão reforça a ideia de que a educação inaciana, ao integrar valores humanísticos e espirituais ao currículo, fortalece práticas inclusivas que transcendem a simples adaptação de conteúdos. Nesse cenário, a escola não apenas acolhe os estudantes em suas diferenças, mas também oferece um ambiente com elementos fundamentais ao processo educativo, promovendo reconhecimento, respeito e valorização. Dessa forma, a educação configura-se como um espaço privilegiado de transformação, no qual o avanço acadêmico se articula com a formação ética e social dos sujeitos, preparando-os para atuar de maneira consciente e solidária na construção de uma sociedade mais justa e fraterna (Schneider, Fantin, 2018).

2.2 A Identidade e a Inclusão Educacional

O conceito de identidade possui um papel central na elaboração de uma escola inclusiva, pois está diretamente relacionado à forma como os sujeitos se percebem e são percebidos no âmbito escolar. A identidade não pode ser compreendida como um dado imutável, mas sim como uma construção contínua, influenciada pelas relações sociais, culturais e históricas que moldam a experiência humana. Nesse sentido, Hall (2008) destaca que as identidades são marcadas por processos dinâmicos, múltiplos e, muitas vezes, contraditórios, refletindo a complexidade dos tempos modernos. Como afirma o autor:

As identidades nunca são unificadas e, em tempos modernos, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; nunca foram estáveis, mas estão sempre em construção e reconstrução ao longo da história (Hall, 2008, p. 103).

Essa compreensão exige da escola um olhar sensível e atento às diversas formas de ser e existir que os estudantes expressam em seu cotidiano. A valorização dessas diversas identidades configura-se não apenas como uma tentativa de

reconhecimento, mas como uma estratégia pedagógica essencial para o reforço do sentimento de pertencimento dos estudantes e para a construção de saberes. A inclusão, nesse contexto, não se resume à presença física de todos na sala de aula, mas à criação de um lugar em que os alunos, e suas habilidades, sejam vistos, respeitados e valorizados (Schneider, Fantin, 2018).

Como apontado anteriormente, no contexto da educação inaciana, a valorização da particularidade constitui um princípio fundamental. De acordo com a análise de Risaffi (2023, p. 45), tal abordagem se reflete na rotina diária das instituições de ensino jesuítas: “no contexto da educação inaciana, esse princípio se manifesta na valorização da singularidade de cada estudante e na necessidade de um acolhimento personalizado.”

Esse olhar atento para as identidades dos alunos dialoga com as ideias de Schneider e Fantin (2020, p. 91), que ressaltam a importância de reconhecer e estimular as potencialidades individuais como base para uma escola inclusiva. Mais do que tolerar as diferenças, trata-se de compreendê-las como riquezas que contribuem para a formação integral de todos os sujeitos envolvidos no processo educacional. Para os autores, “o respeito à identidade dos alunos e o desenvolvimento de suas potencialidades são fundamentais na construção de um ambiente educacional inclusivo.”

Contudo, estabelecer uma escola inclusiva vai além de mera boa vontade ou ações isoladas. É importante que haja um esforço coletivo e coordenado da comunidade escolar. A inclusão é um projeto comum que demanda escuta ativa, cooperação e compromisso compartilhado. Capellini (2016) enfatiza a importância de ações integradas entre professores, equipe pedagógica e famílias, destacando que o acolhimento às diferenças não deve resultar em processos de exclusão ou segregação dentro da própria instituição:

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas comuns exige um trabalho integrado entre professores, equipe pedagógica e famílias, garantindo que as adaptações necessárias sejam feitas sem que isso represente um processo de segregação dentro da própria instituição (Capellini, 2016, p. 78).

Nesse sentido, a prática educativa inspirada na pedagogia inaciana compromete-se com a justiça social e a equidade, traduzindo esses valores em ações concretas que impactam diretamente o dia-a-dia da escola. Não é suficiente

considerar a diversidade; é necessário garantir que ela se faça presente nas práticas, nos projetos e nas interações pedagógicas. O Projeto Educativo Comum (PEC) (Rede Jesuíta de Educação, 2021, p. 26) reafirma esse compromisso ao apontar que “o compromisso jesuíta com a justiça social deve se traduzir em ações concretas, assegurando que as diferenças sejam respeitadas e incorporadas no cotidiano escolar.”

A formação integral torna-se viável exclusivamente quando uma instituição de ensino se organiza como um ambiente democrático de interação, diálogo e pertencimento, no qual educadores, discentes e familiares colaboram de maneira integrada. Assim, a inclusão deixa de ser um conceito abstrato e se materializa na vivência cotidiana de uma educação que humaniza, transforma e liberta (Schneider, Fantin, 2018)

Aprofundando essa perspectiva, compreender a identidade como uma construção relacional implica reconhecer também os aspectos afetivos que permeiam os processos de aprendizagem e convivência. Nessa direção, Vygotsky (2008) destaca que o pensamento e a afetividade são inseparáveis na constituição da consciência humana, ressaltando que o desenvolvimento cognitivo é potencializado por vínculos afetivos estabelecidos em contextos interativos. Assim, práticas escolares que promovem uma escuta sensível e acolhimento contribuem significativamente para a inclusão, pois fortalecem os laços sociais que sustentam a aprendizagem.

Wallon (2001, p. 75) aprofunda essa discussão ao afirmar que “a afetividade é uma das dimensões fundantes da personalidade e, portanto, deve ser considerada como elemento estruturante nas interações pedagógicas”. Com essa compreensão, percebe-se que quando o aspecto emocional do outro é acolhido e legitimado nas relações educativas, abre-se espaço para o estabelecimento de vínculos pautados na empatia e no respeito mútuo — aspectos que sustentam práticas pedagógicas verdadeiramente inclusivas.

Essa compreensão também se manifesta nas reflexões de Maturana e Verden-Zöllner (2004, p. 118), pois percebem o crescimento humano como uma construção constante nas experiências emocionais que permeiam o dia a dia das interações interpessoais. Segundo os autores, “educar é um ato que nasce do amor e se concretiza no brincar, expressões fundamentais do humano, muitas vezes negligenciadas nos espaços escolares”. Essas considerações demonstram que as

dimensões emocionais e relacionais são fundamentais para uma formação realmente promove a humanização.

Por sua vez, a espiritualidade inaciana compactua com essas ideias ao sugerir uma perspectiva pedagógica que enfatiza a interioridade e a atenção ao próximo. A imagem do "Bom Pastor", evocada por Palaoro (2016, p. 45), representa essa sensibilidade ao afirmar que “educar é conhecer, acompanhar e cuidar de cada pessoa de forma única”. Essa visão inspira práticas educativas que promovem não apenas a inclusão, mas uma presença afetiva e transformadora no cotidiano escolar.

Dessa forma, ao considerar as identidades múltiplas e adotar metodologias pedagógicas que respeitam e envolvem as particularidades dos estudantes, a educação inaciana reafirma seu propósito de capacitar indivíduos íntegros, críticos e atentos diante da transformação social. A formação integral torna-se viável exclusivamente quando um estabelecimento de ensino se organiza como um ambiente democrático de interação, diálogo e pertencimento, no qual educadores, discentes e familiares colaboram de maneira integrada. Assim, a inclusão deixa de ser apenas um conceito presente nos discursos educacionais e se torna uma prática, principalmente quando se traduz em gestos, práticas e relações que realmente acolhem. Ela se concretiza quando educar significa humanizar, transformar e libertar — não só o outro, mas também a nós mesmos, no encontro diário com a diversidade e com a riqueza de cada história que chega até nós (Schneider, Fantin, 2018).

2.3 Educação Inclusiva e Políticas Públicas

A inclusão educacional é um direito fundamental garantido por diversas legislações, tanto nacionais quanto internacionais, e é essencial para assegurar que todos os alunos tenham acesso a um ambiente de ensino justo e igualitário, independentemente de suas condições. No Brasil, pode-se destacar a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que garante que todas as organizações escolares devem oferecer condições adequadas para a permanência e o desenvolvimento de alunos com deficiência (Brasil, 2015). Esta legislação reflete os princípios defendidos pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que ressalta a importância das escolas inclusivas como meio de promover equidade e justiça social. A Constituição Federal de 1988, (Brasil, 1998) em seu artigo 205, por sua vez, reafirma a educação como direito de todos, sendo dever tanto do Estado

quanto da família, o que fortalece a necessidade de políticas públicas que garantam a inclusão escolar.

Este panorama legal é essencial para a efetivação de um sistema educacional inclusivo, e a literatura acadêmica tem reforçado a necessidade de um compromisso contínuo com a implementação dessas políticas. Em um ponto crítico sobre a distinção entre integração e inclusão, Mantoan (2003, p. 45) observa que:

A inclusão escolar não pode ser confundida com simples integração. Enquanto a integração pressupõe que o aluno se adapte à escola, a inclusão exige que a escola se transforme para atender às necessidades de todos os alunos.

Essa ideia de transformação está alinhada com os princípios da Pedagogia Inaciana e, de acordo com Risaffi (2023), a educação jesuíta tem como compromisso a formação de cidadãos globais, destacando a importância de uma inclusão que ultrapasse as exigências legais e se torne um princípio cotidiano na prática escolar. Essa ideia é reforçada por Mittler (2003, p. 29), que acrescenta que:

A inclusão escolar deve ser vista como um processo contínuo, no qual as práticas pedagógicas precisam ser constantemente revisadas para garantir que nenhum aluno seja marginalizado no ambiente educacional.

Essa reflexão sobre a revisão contínua das práticas pedagógicas evidencia a importância de a escola manter-se em constante processo de adaptação, assegurando que todos os estudantes, sem exceção, possam participar de forma plena do percurso educativo de forma equitativa. Esse é um compromisso que demanda a reavaliação e adaptação permanente das metodologias, currículos e das abordagens didáticas, além do investimento na capacitação dos profissionais (Schneider, Fantin, 2020).

Essa adaptação contínua é um tema central da inclusão na educação jesuíta, onde a diversidade é reconhecida e respeitada de forma ativa dentro das metodologias pedagógicas. Essa visão está alinhada com as orientações da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que determina que a educação inclusiva deve ser universal:

A educação inclusiva deve ser um modelo universal, e não uma exceção dentro das instituições de ensino, devendo ser implementada como um direito fundamental que assegure a equidade e a participação plena de todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais (ONU, 2006, p. 5).

Dessa forma, a educação inclusiva deve ser vista como um processo abrangente, que não se detém apenas no ato da matrícula de alunos com deficiência. Exige a efetivação de ações que garantam um suporte contínuo e a participação ativa da comunidade escolar, algo que, como ressalta Mantoan (2006, p. 47), não se limita à formalização da matrícula, mas à efetiva integração do aluno ao processo educacional, ou seja, “inclusão não se limita à matrícula do aluno com deficiência, mas exige suporte contínuo e participação ativa da comunidade escolar para garantir um processo educativo verdadeiramente equitativo.”

A adesão aos princípios de inclusão não se restringe apenas ao cumprimento das normas legais, mas também reforça a identidade da Rede Jesuíta de Educação, que, ao adotar a inclusão como fundamento pedagógico, assegura que os alunos sejam reconhecidos em sua singularidade. Esse modelo de inclusão transforma a escola em um espaço que não só cumpre as exigências legais, mas também assegura um ensino que respeita e valoriza as diferenças, criando um espaço verdadeiramente inclusivo e transformador.

2.4 O Papel do Colégio Medianeira e do Setor de Matrículas

O Colégio Medianeira, integrante da Rede Jesuíta de Educação (RJE), sustenta suas práticas pedagógicas na formação integral e na promoção da justiça socioeducacional, pilares fundamentais da tradição inaciana. Alinhado a esses princípios, a escola busca construir um ambiente verdadeiramente inclusivo, acolhendo as singularidades dos estudantes e reconhecendo a diversidade como um valor pedagógico e humano (Colégio Medianeira, 2021).

A construção da educação inclusiva na instituição tem ocorrido por meio da relação entre diferentes setores escolares. Entre as práticas consolidadas, destacam-se o acolhimento com escuta qualificada, a coleta de informações sobre a trajetória escolar do estudante e o trabalho conjunto com as equipes do setor de Matrículas, do

Centro de Inclusão Educacional³, da Coordenação Pedagógica e da Orientação Educacional. Essa atuação integrada tem possibilitado a criação de planos de acompanhamento individualizados, a articulação entre diferentes profissionais da área educacional e o estreitamento do vínculo com as famílias ao longo do percurso escolar (Colégio Medianeira, 2021).

Desde a criação do Centro de Inclusão Educacional, em 2016, o colégio passou a sistematizar o atendimento aos estudantes com necessidades especiais, garantindo suporte especializado e acompanhamento contínuo. Atualmente, o Colégio Medianeira atende aproximadamente 186 estudantes com necessidades educacionais específicas, distribuídos entre a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Destes, 34 são acompanhados de forma intensiva por uma equipe multidisciplinar externa, composta por psicopedagogos, psicólogos e fonoaudiólogos. Os demais contam com atendimento pedagógico adaptado e a elaboração de Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme estabelece a legislação vigente (Brasil, 2015).

Além do acompanhamento em sala de aula regular, os estudantes têm acesso a salas de recursos multifuncionais e oficinas formativas, onde são desenvolvidas atividades pedagógicas adaptadas às suas necessidades. Estas oficinas, realizadas em horário complementar e conduzidas por profissionais especializados, visam ao fortalecimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e o engajamento dos estudantes nos diferentes espaços escolares.

Nesse contexto, o setor de matrículas assume um papel estratégico, pois representa o primeiro contato institucional com as famílias, o que o torna um ambiente favorável para manifestar a promoção da inclusão e um primeiro contato humanizado. Percebe-se que o acolhimento no processo de educação inclusiva não deve se limitar ao aspecto burocrático da matrícula. Ferreira (2019, p. 12) reforça essa ideia ao afirmar que:

³ O Centro de Inclusão do Colégio Medianeira é um setor institucional responsável por acompanhar e avaliar as ações voltadas à inclusão escolar, com base na legislação vigente e no compromisso pedagógico com a equidade. Sua atuação envolve o planejamento de estratégias de apoio, a elaboração de planos individualizados, a mediação com as famílias e a formação continuada das equipes, promovendo um ambiente que reconhece e valoriza a diversidade. Para mais informações, ver em: COLÉGIO MEDIANEIRA. *Documento orientador do Centro de Inclusão – 2024*. Curitiba: [s.n.], 2024.

O acolhimento na educação inclusiva deve ir além do aspecto burocrático da matrícula, sendo um momento de escuta ativa e diálogo, no qual as famílias se sintam seguras de que a escola está preparada para atender às necessidades do aluno.

Com o objetivo de qualificar o acolhimento desde o primeiro contato com as famílias, o Colégio Medianeira passou por um importante processo de reorganização em sua estrutura de atendimento. Até 2018, esse trabalho era realizado pela Secretaria-Geral, por meio de contatos telefônicos e e-mails, seguidos do agendamento de visitas diretamente com as unidades pedagógicas. A criação do setor de matrículas, ainda vinculado à Secretaria-Geral, ocorreu nesse mesmo ano, com uma única pessoa responsável pela função. A partir de 2023, o setor passou por uma reestruturação significativa, com a implantação de um modelo mais integrado e especializado, incluindo a contratação de uma Supervisora de Relações Comerciais e Institucionais, acompanhada por duas auxiliares de atendimento.

Atualmente, o setor é composto por três profissionais, que atuam de forma articulada com a coordenação pedagógica, o Centro de Inclusão, a direção, a secretaria e o setor financeiro, garantindo um acompanhamento mais qualificado e sensível às especificidades de cada demanda. A Supervisora de Relações Comerciais e Institucionais é responsável pela coordenação geral dos fluxos do setor, pelo monitoramento dos atendimentos e encaminhamentos, pela mediação entre as famílias e os diferentes setores da escola, bem como pelo alinhamento estratégico entre os princípios institucionais e a prática de acolhimento. Também cabe à supervisão a análise de dados, a organização de relatórios, a gestão da comunicação com as famílias e o apoio na definição de protocolos de entrada.

Para otimizar a gestão dos atendimentos, o setor utiliza ferramentas como o RD *Station*, que integra campanhas de marketing e relacionamento (CRM), e o RD Conversas, plataforma de *chatbot* que possibilita um primeiro contato automatizado e eficiente com as famílias interessadas. A adoção desses recursos, somada ao fortalecimento da equipe e à atuação intersetorial, possibilitou um crescimento expressivo na demanda e na qualidade dos processos. Os atendimentos passaram de cerca de 900 em 2020 para 3.832 registros em 2025, com mais de 700 visitas presenciais e 230 matrículas efetivadas.

Dentre os atendimentos realizados em 2025, 337 famílias estavam vinculadas ao Centro de Inclusão. Desse total, 30 resultaram em matrículas efetivadas, 64

permanecem em lista de espera, 20 estão em fase de decisão e 221 desistiram ao longo do processo. Esses dados revelam não apenas a complexidade dos fluxos de entrada, mas também o papel fundamental do setor de matrículas na mediação entre as expectativas das famílias e as possibilidades reais de acolhimento institucional, reforçando seu protagonismo na construção de um processo de inclusão planejado, responsável e ético.

Dessa forma, o setor de matrículas não deve ser visto apenas como um espaço formal de registro, mas como um ponto de partida para a construção de uma comunidade escolar que respeite e valorize a diversidade.

Contudo, os desafios persistem. O aumento da demanda por atendimentos especializados, a complexidade dos perfis dos alunos e as exigências legais e pedagógicas impõem à escola a urgência de revisão contínua de suas práticas. Nesse cenário, destaca-se a importância de fortalecer o setor de matrículas como agente ativo da inclusão desde o primeiro contato com a comunidade escolar. Para além de um espaço de registro, trata-se de uma instância estratégica de escuta, acolhimento e encaminhamento qualificado. O início da trajetória escolar deve ser compreendido como uma oportunidade concreta de estabelecer vínculos de confiança e corresponsabilidade, assegurando o ingresso, a continuidade e o desenvolvimento dos estudantes. Para isso, torna-se essencial a adoção de protocolos estruturados de acolhimento e inclusão, que orientem o trabalho intersetorial e garantam coerência entre os princípios pedagógicos da instituição e as ações desenvolvidas na prática (Ferreira, 2019).

2.4.1 Protocolo de acolhimento e inclusão

A formalização de um Protocolo Institucional de Acolhimento e Inclusão, demonstrado no fluxograma 1, caracteriza-se como um avanço necessário para garantir que o ingresso de estudantes com necessidades especiais no Colégio Medianeira ocorra de maneira mais eficiente, estruturada e de acordo com os princípios da justiça e da equidade. Mais do que procedimentos administrativos, trata-se de estabelecer uma prática que reflita a identidade inacciana da escola, pautada na atenção individualizada, no respeito à dignidade humana e na promoção de relações solidárias.

Fluxograma 1 – Protocolo de Acolhimento de Inclusão



Fonte: A autora (2025)

Inspirado em práticas exitosas de escolas da Rede Jesuíta de Educação, como o Colégio dos Jesuítas (Juiz de Fora – MG), que desenvolve ações sistemáticas de inclusão com foco no acompanhamento individualizado, e o Colégio Santo Inácio (Rio de Janeiro – RJ),⁴ reconhecido por seu protocolo de escuta e articulação com equipes multidisciplinares, o protocolo proposto ao Colégio Medianeira deve estar ancorado em oito diretrizes fundamentais, que serão abordadas com mais detalhes a seguir.

2.4.1.1 Escuta ativa e acolhimento no ato da matrícula, com atenção à história de vida, potencialidades e desafios do estudante

⁴ É importante ressaltar que no Colégio dos Jesuítas, existem ações voltadas à inclusão escolar com formação continuada da equipe escolar. Somam-se a isso o uso de instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), articulação com a pastoral e acompanhamento pedagógico regular. No Colégio Santo Inácio, localizado no Rio de Janeiro, há um setor de inclusão que articula escuta, acompanhamento com especialistas e formação dos educadores. O colégio também promove fóruns e diálogo com as famílias, trazendo temas sobre diversidade e inclusão (Companhia de Jesus, 2022).

O primeiro contato com a família é um momento fundamental, pois inaugura a relação entre a escola e o estudante, especialmente quando se trata de alunos com necessidades educacionais específicas. A escuta ativa, nesse contexto, deve ser pautada pela empatia, pelo respeito à singularidade e pela abertura à construção de vínculos de confiança. Inspirada na espiritualidade inaciana, essa escuta não se resume à coleta de dados, mas se configura como prática de cuidado, atenção plena e reconhecimento da dignidade da pessoa. É necessário valorizar a trajetória escolar pregressa do estudante, identificar suas potencialidades, compreender suas necessidades específicas e respeitar o saber da família, que é parceira insubstituível no processo de inclusão. O acolhimento inicial quando entendido como um gesto pedagógico e político, é fundamental para gerar pertencimento na cultura institucional (Pacheco, 2003).

2.4.1.2 Encaminhamento imediato das informações à equipe multidisciplinar, assegurando o início do planejamento pedagógico adaptado

Após a escuta inicial, é fundamental que as informações obtidas sejam sistematizadas e compartilhadas com os profissionais que acompanharão diretamente o estudante — centro de inclusão, orientadores educacionais, professores regentes, coordenação pedagógica e equipe de apoio, quando necessário. Esse fluxo ágil de comunicação permite que o planejamento pedagógico seja iniciado antes mesmo do primeiro dia de aula, assegurando que os direitos do estudante à acessibilidade e à aprendizagem sejam respeitados desde o início. Esse procedimento reflete o princípio inaciano do “*magis*” — fazer sempre mais e melhor em favor do outro — e reforça a corresponsabilidade entre os setores da escola. A lentidão ou omissão nesse processo pode gerar lacunas no atendimento, dificultando a adaptação e prejudicando o desenvolvimento do estudante.

2.4.1.3 Acolhimento estruturado com participação do setor de matrículas, equipe pedagógica e Centro de Inclusão

Assegurando um processo de entrada escolar que respeite a singularidade de cada estudante e favoreça o diálogo entre todos os envolvidos. Esse roteiro inclui a

apresentação dos valores e da proposta pedagógica da escola, com ênfase na perspectiva inclusiva, bem como orientações claras sobre os serviços de apoio educacional especializados disponíveis.

Serão também disponibilizados canais de comunicação permanentes entre a escola, o Centro de Inclusão e a família, fortalecendo vínculos e o fluxo de informações. Como parte do protocolo, a escola deverá oferecer materiais informativos sobre os direitos educacionais dos estudantes público-alvo da educação especial, conforme preconizado na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).

Essa ação visa garantir o protagonismo da família e uma escuta qualificada, permitindo que o planejamento pedagógico seja construído com base em evidências e valores compartilhados. Assim, a inclusão efetiva necessita de um acompanhamento contínuo, em que a equipe escolar seja colaborativa e as responsabilidades sejam compartilhadas (Pacheco, 2003).

Essa perspectiva sublinha a importância de um processo contínuo e dinâmico de inclusão, onde a escola deve revisar e adaptar suas práticas pedagógicas e estruturais para garantir a plena participação dos alunos.

2.4.1.4 Construção colaborativa do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)

O PEDI⁵ é um instrumento essencial para garantir que as intervenções pedagógicas estejam alinhadas às necessidades, ritmos e potencialidades do estudante. Sua elaboração deve ser fruto de um processo colaborativo e dialógico, envolvendo não apenas a equipe pedagógica da escola, mas também a família e, quando autorizado, os profissionais externos que acompanham o estudante (como terapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos etc.). A perspectiva inaciana valoriza o discernimento coletivo e a escuta mútua como caminhos para tomadas de decisão justas e conscientes. O PDI deve conter metas de curto e médio prazo, estratégias pedagógicas adaptadas, responsabilidades compartilhadas e formas de acompanhamento contínuo. Conforme Mantoan (2003), o planejamento

⁵ O termo Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) é adotado pela Rede Jesuíta de Educação e contempla aspectos pedagógicos, socioemocionais e familiares. Equivale, no campo das políticas públicas, ao Plano Educacional Individualizado (PEI), conforme as Diretrizes da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

individualizado não é privilégio, mas condição para assegurar o direito de aprender em contextos inclusivos.

2.4.1.5 Monitoramento contínuo e reuniões trimestrais para reavaliação do PDI

A inclusão não se esgota na elaboração de um plano; exige acompanhamento sistemático, com avaliações periódicas que permitam ajustes e redirecionamentos. Propõe-se a realização de reuniões trimestrais com a presença da família, da equipe pedagógica e, sempre que possível, dos profissionais externos, para revisar os avanços, identificar desafios e redefinir estratégias. Essa prática fortalece o vínculo escola-família e assegura a coerência entre os diferentes espaços educativos frequentados pelo estudante. Na tradição inaciana, a revisão periódica dos processos é uma etapa essencial do “modo de proceder”, pois permite avaliar os frutos das ações à luz dos objetivos formativos, sempre com foco no crescimento integral do sujeito.

2.4.1.6 Registro sistemático das ações realizadas, assegurando rastreabilidade e continuidade

Para garantir a continuidade e a coerência das ações inclusivas, é indispensável manter um prontuário institucional digital e padronizado, onde todas as informações relevantes — histórico do acolhimento, PDI, atas de reuniões, avaliações e encaminhamentos — sejam registradas de forma ética e segura. Esse registro é essencial não apenas para a organização interna, mas também para assegurar que eventuais mudanças na equipe escolar não comprometam o acompanhamento do estudante. Além disso, o registro favorece a análise institucional das práticas inclusivas, contribuindo para a tomada de decisões mais eficazes. A espiritualidade inaciana valoriza o cuidado com os processos e a memória institucional como formas de fidelidade ao compromisso assumido com cada pessoa.

2.4.1.7 Articulação com os serviços de saúde e assistência social, fortalecendo o cuidado integral

Reconhecendo que a inclusão é um processo que transcende os muros da escola, é necessário fortalecer os laços com as redes de saúde, assistência social e

direitos humanos, construindo fluxos de encaminhamento e acompanhamento integrados. Essa articulação possibilita um cuidado verdadeiramente integral, capaz de atender às dimensões pedagógica, emocional, social e física do desenvolvimento humano. O trabalho em rede amplia as possibilidades de suporte à família e ao estudante, promove a corresponsabilidade entre os atores sociais e evita a medicalização excessiva ou o isolamento dos casos. Essa prática está profundamente alinhada à missão da Companhia de Jesus, que propõe uma formação integral do sujeito e a promoção de uma justiça que transforma as estruturas sociais.

2.4.1.8 Formação continuada para profissionais do setor

O setor de matrículas, por ser a porta de entrada das famílias e estudantes na comunidade educativa, ocupa um papel estratégico no processo de acolhimento de alunos com necessidades educacionais específicas. Nesse sentido, torna-se imprescindível a ampliação do programa de formação continuada, tradicionalmente voltado à equipe docente e técnica, para também contemplar os profissionais administrativos que atuam nesse setor.

No Colégio Medianeira, a formação continuada já contempla temáticas relevantes como práticas pedagógicas inclusivas, metodologias ativas e gestão da diversidade, integradas à espiritualidade inaciana, que orienta o olhar humanizado e atento às singularidades de cada sujeito. Contudo, a ausência de capacitação específica para os colaboradores do setor de matrículas pode comprometer a qualidade do acolhimento inicial, etapa essencial para o êxito do processo de inclusão.

Assim, propõe-se a inclusão desses profissionais nos ciclos formativos da instituição, com foco em temas como escuta ativa e empática, fundamentos legais da inclusão (como a LBI, a LDB e as diretrizes da Rede Jesuíta de Educação), noções básicas sobre deficiências e transtornos, além de práticas institucionais relacionadas ao protocolo de acolhimento.

Mantoan (2006) reitera que, para que ocorra inclusão, a escola, os gestores e toda a equipe, devem se comprometer com a valorização das diferenças. Dessa forma, as diretrizes e teorias podem ser aplicadas no cotidiano, gerando uma cultura da inclusão e desconstruindo práticas excludentes (Franco, Veiga, 2001).

Esse protocolo deve ser construído de forma coletiva e dialogada, com a participação ativa de gestores, professores, famílias e especialistas, garantindo que a inclusão não seja um ideal abstrato, mas uma prática cotidiana e institucionalizada.

Como salienta Mantoan (2003, p. 29), “a inclusão escolar só se torna possível quando se promovem mudanças estruturais na cultura da escola, rompendo com a lógica seletiva e homogeneizante”. Complementando esse pensamento, Mittler (2003, p. 17) afirma que “incluir é mudar o sistema para que ele possa atender a todos, e não mudar as pessoas para que se encaixem no sistema”.

Ao articular os marcos legais da inclusão com os valores da espiritualidade inaciana, o protocolo institucional reafirma o compromisso do Colégio Medianeira com uma educação transformadora e inclusiva.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com caráter exploratório e descritivo. A escolha por esse caminho metodológico está relacionada à complexidade do tema investigado, que exige sensibilidade para compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às práticas da instituição. Por tratar-se de uma realidade dinâmica e carregada de sentidos, optou-se por um olhar atento às relações, aos contextos e às experiências, que não podem ser traduzidos apenas por números ou estatísticas (Piovesan, Temporini, 1995).

A pesquisa fundamentou-se em um caso singular, realizado no Colégio Medianeira, que faz parte da Rede Jesuíta de Educação. Essa definição possibilitou uma avaliação mais minuciosa de um contexto específico, evidenciando suas particularidades e compreendendo o que forma uma instituição educacional, na prática, institui uma cultura de acolhimento e inclusão. A proximidade com a realidade escolar favoreceu uma interpretação mais atenta e contextualizada, alinhada aos princípios da pedagogia inaciana, que valoriza a individualidade de cada ser humano e propõe uma formação integral, com foco na dignidade da pessoa.

Para a coleta e análise dos dados, foram utilizadas três estratégias complementares, que se entrelaçam ao longo da pesquisa:

- **Análise documental:** Foram estudados diversos registros institucionais, incluindo protocolos de acolhimento, planos educacionais individualizados

(PEIs), atas de reuniões intersetoriais, relatórios técnicos do Centro de Inclusão Educacional, assim como documentos orientadores da Rede Jesuíta de Educação. Essa leitura permitiu identificar práticas já consolidadas, além de compreender como os princípios da inclusão vêm sendo incorporados ao projeto educativo da escola.

- **Observação participante:** No exercício de sua função como supervisora do setor de matrículas, a autora acompanhou de perto as práticas de acolhimento realizadas pela instituição. Ao longo da pesquisa, foram registradas situações e interações vivenciadas no cotidiano escolar, especialmente nos momentos de escuta, orientação e encaminhamento de estudantes e suas famílias. Essas anotações sistematizadas possibilitaram uma leitura atenta das ações desenvolvidas, favorecendo uma análise crítica das práticas institucionais e contribuindo significativamente para a formulação do protocolo proposto.
- **Entrevistas semiestruturadas:** Foram realizadas conversas com profissionais de diferentes áreas da escola — como o Centro de Inclusão Educacional, a Coordenação Pedagógica, a Orientação Educacional e professores regentes —, incluindo um profissional técnico do Centro de Inclusão, três colaboradores do Setor de Matrículas, dois coordenadores pedagógicos, quatro orientadores pedagógicos, cinco orientadores de aprendizagem e quatro professores regentes, totalizando 19 profissionais entrevistados. O objetivo foi escutar suas percepções, experiências e sugestões relacionadas ao acolhimento de estudantes e suas famílias. Essas entrevistas trouxeram contribuições valiosas para o estudo, ao revelar diferentes perspectivas e apontar caminhos para o aprimoramento das práticas inclusivas.

A análise dos dados seguiu uma perspectiva interpretativa, buscando compreender os sentidos que emergiram das falas, documentos e observações. Para isso, utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que permitiu organizar e interpretar os dados de forma cuidadosa e crítica, em diálogo com os referenciais teóricos e com a realidade vivida na escola.

Ao integrar diversas fontes de informação — como documentos, vivências e relatos profissionais — a pesquisa também conseguiu compreender, de maneira

profunda e sensível, de que forma o Colégio Medianeira tem estratégias desenvolvidas para a inclusão. Nesse percurso, o setor de matrículas revelou-se como um espaço estratégico, capaz de iniciar relações de confiança e cuidado, e de promover uma cultura escolar verdadeiramente comprometida com o respeito à diversidade e com o bem comum.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados coletados, por meio de entrevistas semiestruturadas com profissionais do Colégio Medianeira diretamente envolvidos no setor de matrículas e nas ações de inclusão, revelou aspectos fundamentais sobre como a espiritualidade inaciana se concretiza nas práticas de acolhimento de alunos com necessidades educacionais específicas.

De forma recorrente, as entrevistadas destacaram que o acolhimento inicia antes mesmo da matrícula propriamente dita. A escuta atenta às famílias e a sensibilidade às especificidades de cada estudante foram apontadas como elementos centrais do processo. Nesse sentido, evidencia-se a aplicação do princípio inaciano de *cura personalis*, entendido como o cuidado integral e individualizado com a pessoa. Esse cuidado se manifesta desde o primeiro contato com a família, valorizando sua trajetória, seus sentimentos e expectativas em relação à educação de seus filhos.

As falas indicam que o setor de matrículas atua de forma integrada com outras instâncias da escola, como o Centro de Inclusão, Orientações Pedagógicas/Aprendizagem⁶ e as Coordenações. Essa articulação permite um olhar mais abrangente sobre a realidade de cada estudante e sustenta decisões que buscam garantir equidade no acesso e na permanência escolar. Os protocolos adotados são apresentados como instrumentos que sistematizam as ações, mas não substituem o discernimento, outro princípio fundamental da espiritualidade inaciana,

⁶ No Colégio Medianeira, integrante da Rede Jesuíta, o orientador de aprendizagem atua como mediador do processo educacional individualizado, acompanhando o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos estudantes, promovendo estratégias de apoio que visam o pleno desenvolvimento do aluno em consonância com os princípios jesuítas de cuidado integral e *cura personalis*. Paralelamente, o orientador pedagógico é responsável pela coordenação das práticas educativas, pela articulação do projeto pedagógico institucional e pelo suporte contínuo aos docentes, garantindo a coerência entre as ações pedagógicas e a missão da Rede Jesuíta, além de fomentar a formação permanente dos educadores para assegurar a excelência acadêmica e a formação integral do estudante (Colégio Medianeira, 2025).

que exige análise cuidadosa, empatia e reflexão crítica diante de cada situação concreta.

Além disso, foi possível observar que as profissionais entrevistadas compreendem a inclusão como um compromisso ético e espiritual que atravessa toda a comunidade educativa. O acolhimento, nesse contexto, não se restringe ao cumprimento de diretrizes legais, mas é impulsionado por uma visão de educação integral, que considera cada sujeito em sua totalidade. As práticas relatadas reforçam a ideia de que a espiritualidade inaciana não opera apenas no nível simbólico ou institucional, mas permeia atitudes cotidianas, relações interpessoais e decisões pedagógicas.

Outro aspecto relevante identificado nas falas é a valorização da formação continuada como condição para um acolhimento qualificado. As profissionais reconhecem que a escuta sensível, a mediação de conflitos e o acompanhamento das famílias exigem preparação constante, bem como espaços de reflexão coletiva sobre os desafios e possibilidades da inclusão. Essa percepção reforça a necessidade de sustentar a cultura do acolhimento com intencionalidade formativa, em consonância com os documentos orientadores da Rede Jesuíta de Educação.

A análise também apontou tensões e limites no processo de acolhimento. Foram mencionadas, por exemplo, situações em que as expectativas das famílias não coincidem com as possibilidades institucionais, exigindo da equipe envolvida uma postura de diálogo franco, sem perder a atitude acolhedora. Nessas ocasiões, o discernimento espiritual e a escuta ativa são colocados à prova, reafirmando a importância de uma atuação fundamentada na espiritualidade inaciana.

Portanto, os dados evidenciam que a espiritualidade inaciana não se apresenta como um discurso abstrato ou distante das práticas escolares. Pelo contrário, ela orienta de modo concreto a forma como a escola acolhe, discerne e se posiciona diante das singularidades de cada estudante, especialmente daqueles que demandam maior atenção por apresentarem necessidades específicas. A análise mostra, ainda, que esse diferencial só é possível porque está sustentado por uma rede articulada de profissionais comprometidos com a missão educativa da Companhia de Jesus.

5. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo compreender de que forma a espiritualidade inaciana se configura como um diferencial no acolhimento de estudantes com necessidades educacionais específicas, com ênfase nas práticas realizadas pelo setor de matrículas do Colégio Medianeira. A investigação evidenciou que a presença da espiritualidade, mais do que um princípio institucional abstrato, se concretiza em atitudes como a escuta atenta, a empatia, o discernimento e o cuidado com cada pessoa que chega à escola.

Os dados analisados revelam que o acolhimento desenvolvido pelo setor de matrículas é fortemente pautado na centralidade do sujeito. A escuta qualificada das famílias, o respeito às singularidades dos estudantes e a articulação entre os diversos setores da escola indicam um esforço contínuo por relações baseadas na confiança mútua e no compromisso com a inclusão. Nesse cenário, a espiritualidade inaciana atua como norteadora das práticas pedagógicas e relacionais, orientando o olhar dos profissionais e fortalecendo a missão de educar com sentido, compromisso e propósito.

Os princípios do *cura personalis* e do discernimento espiritual se manifestam de forma concreta no cotidiano da equipe, sustentando decisões sensíveis e promovendo uma cultura de acolhimento que ultrapassa procedimentos formais, valorizando o encontro humano como espaço de transformação mútua. A formação continuada foi destacada como uma necessidade fundamental para manter essa postura viva e ativa, permitindo que os profissionais se reconheçam como sujeitos em constante aprendizado, também no caminho do acolhimento e da inclusão.

Apesar de a pesquisa estar circunscrita à realidade de uma única instituição, seus achados indicam a relevância de fomentar espaços formativos e reflexivos que articulem espiritualidade, escuta e responsabilidade social. A experiência do Colégio Medianeira demonstra que é possível cultivar uma prática educativa verdadeiramente inclusiva, sem renunciar à identidade inaciana, reconhecendo no setor de matrículas um espaço estratégico para o início dessa jornada.

Diante das constatações, recomenda-se a elaboração de um protocolo institucional de acolhimento e inclusão, com descrições claras de ações e encaminhamentos, elaborado de forma colaborativa à luz do Projeto Educativo Comum (PEC) da Rede Jesuíta de Educação e das diretrizes da Política Nacional de Educação na perspectiva inclusiva. Sugere-se, ainda que outras instituições revisitem suas práticas de acolhimento, reconhecendo que este, quando vivido com

autenticidade e abertura, tem o potencial de transformar não apenas o percurso escolar do estudante, mas também a própria compreensão do educador sobre sua missão.

Conclui-se que a pesquisa contribuiu de forma significativa para o fortalecimento das práticas de acolhimento no setor de matrículas, reafirmando a importância de um olhar humanizado, ético e espiritualizado como condição essencial para uma educação mais justa, inclusiva e transformadora.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial/MEC, jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. *A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas comuns*. São Paulo: Pearson, 2016.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. *Inclusão escolar: fundamentos e práticas*. São Paulo: Memnon, 2016.

COLÉGIO MEDIANEIRA. *Qual o papel dos educadores e dos pais na formação integral do estudante*. 2021. Disponível em: <https://www.colegiomedianeira.g12.br/qual-o-papel-dos-educadores-e-dos-pais-na-formacao-integral-do-estudante/>. Acesso em: 27 mar. 2025.

COLÉGIO MEDIANEIRA. *Documento orientador do Centro de Inclusão – 2024*. Curitiba: [s.n.], 2024.

COLÉGIO MEDIANEIRA. *Documento de Diretrizes Institucionais: Orientação Pedagógica e Aprendizagem*. Curitiba, 2025. Material interno.

COMPANHIA DE JESUS. *Constituições da Companhia de Jesus*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FERREIRA, Juliana Alves. A importância do acolhimento na educação inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 1, 2019.

FRANCO, Izaura; VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Cultura escolar e práticas pedagógicas*. Campinas: Papirus, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

COMPANHIA DE JESUS. *Os desafios da inclusão*. Jesuítas do Brasil, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://jesuitasbrasil.org.br/os-desafios-da-inclusao/>. Acesso em: 5 mai. 2025.

LOZANO, Francisco. *Pedagogia inaciana: uma proposta prática*. São Paulo: Loyola, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003/2006.

MATURANA, Humberto; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA FILHO, Delamare de. O papel do professor inaciano frente aos desafios da contemporaneidade. *Periódicos UNESCO*, 2021.

O'MALLEY, John William. *Os primeiros jesuítas*. Tradução: Domingos Armando Donida. São Leopoldo, RS: Ed. da UNISINOS; Bauru: Ed. da EDUSC, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, 2006.

PACHECO, José. *Caminhos para a inclusão: a Escola da Ponte e a educação para todos*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PALAORO, Adroaldo S. J. *Espiritualidade do Bom Pastor: uma pedagogia do cuidado*, 2016. Disponível em: <https://www.padresjesuitas.org.br/espiritualidade-bom-pastor/>. Acesso em: 6 maio 2025.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista Saúde Pública*, 29 (4): 318-325, 1995.

RISAFI, Carla Azevedo. *Educação inaciana e inclusão: práticas pedagógicas e formação integral*. São Paulo: Loyola, 2023.

SCHNEIDER, Dário; FANTIN, Adriana (org. *Educação jesuítica: aprendizagem integral, sujeito e contemporaneidade*. Porto Alegre: Colégio Anchieta, 2018.

SCHNEIDER, Tatiana; FANTIN, Monica; et al. *Diversidade e inclusão na escola: reflexões e práticas*. Florianópolis: EdUFSC, 2020.

THIÓ DE POL, Santiago. *La intimidad del peregrino*. Bilbao/Santander: Mensajero/Sal Terrae, 1998.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: CORDE, 1994

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ANEXO 1 - ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Percepções sobre o acolhimento e as práticas inclusivas no contexto da espiritualidade inaciana.

Objetivo da entrevista:

Compreender as percepções, experiências e práticas dos profissionais da instituição relacionadas ao acolhimento de estudantes e suas famílias, especialmente no que se refere à inclusão educacional, à luz da espiritualidade inaciana.

Dados de Identificação

- Nome do(a) entrevistado(a) (opcional):

 - Cargo/Função:

 - Tempo de atuação na instituição: _____
-

1 – Acolhimento no processo de matrícula

1. Como você descreve o processo de acolhimento das famílias e dos estudantes no momento da matrícula?
 2. Quais estratégias ou práticas são utilizadas para garantir uma escuta sensível às demandas das famílias?
 3. De que maneira o setor de matrículas se articula com os demais setores da escola (Coordenação, Centro de Inclusão, Orientação Educacional, etc.) durante esse processo?
-

2 – Espiritualidade Inaciana e Práticas de Acolhimento

4. Na sua percepção, como os princípios da espiritualidade inaciana (como *cura personalis*, discernimento e cuidado integral) se manifestam nas práticas de acolhimento da escola?
5. Você percebe que essa espiritualidade influencia as relações estabelecidas com as famílias e os estudantes? De que forma?

3 – Inclusão Educacional

6. Como você enxerga o papel da escola, e especificamente do seu setor, na promoção da inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas?
7. Quais são os maiores desafios encontrados na efetivação de práticas inclusivas no contexto da escola?
8. Existem protocolos específicos adotados para conduzir o acolhimento de estudantes com demandas específicas? Eles são suficientes?

4 – Formação e Desenvolvimento Profissional

9. De que forma a formação continuada contribui para qualificar o acolhimento e as práticas inclusivas na instituição?
10. Quais temas ou aspectos você considera fundamentais para serem abordados nas formações, visando aprimorar o acolhimento e a inclusão?

5 – Desafios e Possibilidades

11. Poderia compartilhar situações (sem identificação) em que as expectativas das famílias entraram em conflito com as possibilidades da escola? Como esses desafios foram mediados?
12. Na sua opinião, quais são os principais avanços e os pontos que ainda precisam ser aprimorados no processo de acolhimento e inclusão na escola?

6 – Considerações Finais

13. Gostaria de acrescentar algum comentário, reflexão ou sugestão que considere relevante sobre este tema?
-

ANEXO 2 - PÁGINA PARA INSCRIÇÃO DO COLÉGIO MEDIANEIRA

QUERO ESTUDAR

na MEDIANEIRA

A aprendizagem de base científica é possível em dois idiomas: inglês e espanhol. Mais ciência, inglês, espanhol, inovação e sustentabilidade.

www.medianeira.org.br








NOME DO ALUNO(a) ENDEREÇO DATA DE NASCIMENTO NOME DO PAI(ME)

FAÇA A INSCRIÇÃO AQUI

Seu filho(a) ainda não nasceu? Então preencha este formulário antecipadamente para garantir a vaga no Colégio Medianeira e acompanhar o processo.

INFORMAÇÃO DO RESPONSÁVEL

Nome completo do responsável*	E-mail*
Telefone*	Telefone para contato*

INFORMAÇÃO DO ALUNO

Nome completo do aluno*	Data de nascimento*
Estado de origem*	Turma pretendida*
Qual o endereço do aluno?*	
Cidade pretendida*	Bairro*
Qual o endereço eletrônico do Colégio Medianeira?*	

[Adicionar mais alunos](#)

* Assista ao vídeo explicativo sobre o formulário no canal YouTube do Colégio Medianeira.

Colégio Medianeira - São Carlos - SP

Enviar



DÚVIDAS?

Entre em contato com nossos responsáveis:

 E-mail: matriculacao@medianeira.org.br

 Telefone: (376) 33441 | (376) 33717 | (376) 33363